

Golpe de 2016 é fenômeno novo na democracia de massas

Resenha: SANTOS, Wanderley Guilherme. **A Democracia Impedida**: o Brasil no século XXI. Editora Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 2017. 187p.

Wanderley Guilherme dos Santos é um importante cientista político brasileiro que, nesta obra, analisa o golpe parlamentar ocorrido em 2016. Ao longo do texto, o autor discorre com a profundidade teórica e densidade acadêmica necessária sobre os antecedentes, as hipóteses e o encadeamento complexo entre as dimensões econômica, política e social, buscando compreender o golpe parlamentar ocorrido no Brasil em 2016 como uma das saídas para a difícil equação entre o processo de acumulação capitalista e a democracia de massas. Será possível uma democracia representativa de massas num país economicamente atrasado? Dentre tantos exemplos de interrupções aos processos de democracia, o que traz de novidade o chamado golpe parlamentar que ocorreu em 2016 no Brasil? Essas são apenas duas perguntas possíveis para introduzir o roteiro percorrido pelo autor ao longo do livro, escrito com uma linguagem tão concisa e rebuscada quanto elegante e provocativa.

O livro *Democracia Impedida* se divide em seis capítulos, sendo que o primeiro, “Democracia representativa e golpe institucional”, pode ser sintetizado em três abordagens. O processo que tornou a democracia representativa hegemônica no mundo, através de fórmulas constitucionais de exercício de governo por representantes escolhidos pela via eleitoral, nem sempre ocorreu de forma pacífica. Porém, o golpe parlamentar que ocorreu no Brasil em 2016 é inédito em seu roteiro. As mudanças estruturais no comportamento humano no atual tempo histórico articulam dois extremos: a psicanálise e a economia, o que explica as ansiedades, volatilidades e incertezas, da mesma forma que é necessário compreender a distinção entre as sociedades oligárquicas e as sociedades democráticas. Por fim, o que define a democracia representativa de massa são duas condições: a competição eleitoral e o sufrágio universal, que, por sua vez, definem a estabilidade democrática, que é a “aceitação de derrota por parte dos” (p. 31).

O segundo capítulo “1964 e 2016: dois golpes, dois roteiros” também pode ser resumido em três argumentos principais. O golpe de 2016 se aproxima mais do roteiro de Getúlio Vargas em 1950 do que de 1964, por duas razões: a reação conservadora contra as políticas de redução das desigualdades e a retórica do combate à corrupção,

alimentados por uma aliança entre judiciário e mídia; e as denúncias de corrupção fazem parte do discurso político desde a Antiguidade clássica e tornam-se “recorrentes na retórica conservadora” (p. 40) e que “na maioria absoluta das vezes, o governo denunciado é de inclinação popular” (p. 41/42). O terceiro argumento deste capítulo é o de que “a técnica de tomada de poder, o golpe de 2016, é essencialmente distinto de 1964, entre outras razões porque a infraestrutura política de 1964 era subdesenvolvida se comparada à ecologia da competição de 2016” (p. 47/48), ou seja, a urbanização, o aumento e a distribuição regional dos eleitores, a competitividade eleitoral em decorrência da multiplicidades de partidos, a mudança das ocupações em postos de trabalho do setor primário para os setores secundários e terciários, o crescimento exponencial de organizações sociais após a virada do século e, conseqüentemente, a ampliação da pressão social sobre os governos.

Nos dois capítulos seguintes há um aprofundamento teórico e histórico de economia e política. A sessão três trata “De eleições, temores e processos distributivos” e o quarto “A sucessão da oligarquia pela competição eleitoral”.

Para o autor, desde Rousseau ou Tocqueville há uma preocupação com a sobrevivência da espécie, baseados na “armadilha malthusiana” em que ocorrem ciclos de melhoria das condições de vida e crescimento populacional, que se deterioram provocando guerras, mortes e destruição da capacidade produtiva, seguida de novos ciclos positivos, ou seja, existe instabilidade produtiva (quando os de baixo progredem na mesma proporção do crescimento da economia sem mexer nos de cima ou mesmo quando os subalternos progredem, enquanto os superiores decaem). Porém, “são instabilidades improdutivas aquelas em que a posição das classes subalternas não se altera” (p. 72).

Retomando ao tema da democracia, Wanderley Guilherme dos Santos desenvolveu uma fórmula matemática para identificar o ponto de ruptura de sistemas oligárquicos representativos para democracias representativas e demonstra estatisticamente como isso ocorre historicamente no Brasil. O autor também contrapõe as teses de desmobilização eleitoral e da teoria da escolha racional e sustenta que a oscilação do comparecimento eleitoral não é a causa das crises políticas atuais, pois o eleitor é utilitarista e comparece quando acredita que seu voto tem poder de decisão e quando há maior incerteza dos resultados. Portanto, quando seu voto faz a diferença.

A crise mundial de 2008 serviu de condições antecedente, ocasionando uma multiplicidades de efeitos e agredindo todas as economias do mundo,

independentemente das elites políticas econômicas locais. Dentre esses efeitos estão as políticas de austeridade fiscal recomendadas pelos organismos internacionais e que tiveram efeito importante no desdobramento do golpe parlamentar no Brasil. “Em todos os países, ricos e pobres, a alternativa adotada foi precisamente o ajustamento ao modelo, condições de sobrevivência. Outra não é a agenda do governo usurpador em 2016” (p. 125). Assim, Santos (2017) conclui este capítulo afirmando que “O golpe parlamentar de 2016 constitui um dos desenlaces possíveis de processos críticos derivados da ecologia política das sociedades capitalistas, submetidas à competição toqueviliana e a efeitos da prática democrática” (p. 128).

Os dois últimos capítulos “Da democracia e seus bastardos: o golpe parlamentar” e “Expropriação constitucional do voto” articulam os argumentos referenciados anteriormente com o desdobramento dos acontecimentos relativos ao processo do golpe parlamentar de 2016 no Brasil.

O autor afirma que o golpe tem origem e sustentação parlamentar, embora agregue outros atores importantes: judiciário, mídia, empresariado e as ruas. As mudanças promovidas pelos usurpadores precisam ser velozes, ao mesmo tempo que enfrentam o dilema da legitimidade e impõem aos adversários uma paralisante indecisão.

Entre 1950 e 1991 houve uma expansão da democracia com a inclusão de eleitores, somada à redução das desigualdades, comprovadas por indicadores do índice de Gini (entre 2001 e 2009), ao mesmo tempo em que ocorreu um declínio da indústria brasileira, compensada com concessões de benesses fiscais que garantiu lucros sem novos investimentos e alimentou o capitalismo parasitário brasileiro. Assim, buscou-se um cenário de instabilidade do crescimento, combinando a inclusão social com acumulação de capital. Porém, sem o acordo das forças conservadoras, ocorreu uma resistência empresarial e financeira, que gerou a crise necessária para o golpe parlamentar. Na outra ponta, a inclusão pelo consumo e ampliação do crédito provocou a ambição desmedida toqueviliana e os efeitos perversos das demandas retroalimentadas que se viam ameaçadas pelo ajuste fiscal. O governo estava anestesiado pela euforia da redução da desigualdade e não percebeu tal reação. A proliferação dos canais de organização, descontentes em potencial, corroboram com a hipótese de “ordenamento de preferências por políticas específicas” (p. 154) formuladas pelo autor: “Em conclusão coerente com a argumentação, associando a generalizada escalada de demandas ao efeito reverso ao do seu atendimento, elaborei a seguinte

conjectura: *em democracias representativas, o número de interesses contrariado é potencialmente superior ao número de interesses atendidos*” (p. 156).

Santos (2017) discorre sobre as incoerências do julgamento do recorrente crime eleitoral de caixa dois, promovido pelo STF em 2014, sintetizadas em três teses esdrúxulas: “*o sequestro do poder constitucional do povo*” (p. 168) verbalizada numa declaração do então presidente do STF Joaquim Barbosa, segundo a qual “a Constituição é aquilo que o Supremo Tribunal Federal diz que ela é” surrupiando o poder legítimo do povo; “*disjunção epistemológica entre ser inocente e não ser culpado*” (p. 170), que imputa ao acusado provar que não sabia e inverte a lógica de presunção de inocência que é a base do Estado Democrático de Direito; e, por fim, a “*imputação de possibilidade objetiva e causalidade adequada*”, subscrita na justificativa do voto da ministra Rosa Weber “condeno porque a bibliografia me autoriza” (p. 175), e a “teoria do domínio do fato, versão STF, será acrescentada mais tarde, como socorro em última instância para a condenação de um réu de crime incapaz de ser documentado” (p. 175).

Finalmente, o autor aborda os acontecimentos de 2013 os quais ele considera como “frustrações da poliarquia” e que sofreram mutações subsequentes, chegando a efervescência dos ânimos na disputa eleitoral de 2014. O autor concorda com a tese de que a opção pelo ajuste fiscal no início do segundo mandato da presidenta Dilma significou para seus apoiadores um “estelionato eleitoral” (p. 180), mesmo assim, os empresários não legitimaram seu representante no Ministério da Fazenda, optando pela radicalização.

Para concluir, o autor afirma que “os golpes parlamentares constituem fenômeno novo na história das tensões entre capitalismo e democracia de massas” (p. 187).

O livro de Wanderley Guilherme dos Santos se distingue na literatura sobre o golpe de 2016, que já não é pequena, pela densidade da sua análise, enquanto a maioria dos autores se detém em relatos e registros jornalísticos de acontecimentos, sem interpretação coerente e fundamentada. Acrescenta-se o enquadramento teórico que constitui argumentos sólidos na construção da tese de que golpe parlamentar é fenômeno novo na história das tensões entre capitalismo e democracia de massas. Todavia, Santos (2017) não fecha a discussão, tampouco arrisca um prognóstico do que deve ocorrer daqui em diante, considerando-se a novidade do fenômeno, mas deixa em aberto os desdobramentos: de um lado, os dilemas dos usurpadores em cumprir a

agenda golpista e, ao mesmo tempo, obter legitimidade e, de outro, a capacidade de reação dos golpeados.